

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO EMPRESARIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIAS DA COMARCA DE LONDRINA - PARANÁ

AUTOS N°: 0070746-87.2024.8.16.0014/PR;
RESPEITÁVEL JUIZ DE DIREITO DR. EMIL TOMÁS GONÇALVES;
RESPEITÁVEIS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ;
RESPEITÁVEIS ASSESSORES E SERVENTUÁRIOS DA 11º VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO EMPRESARIAL DA COMARCA DE LONDRINA/PR;
RESPEITÁVEL ADMINISTRADOR JUDICIAL;
RESPEITÁVEIS PROCURADORES HABILITADOS NOS AUTOS.

THIAGO MEDEIROS AMORIM TRANSPORTES ME, já qualificado nos autos da recuperação judicial em epígrafe, por meio de seus procuradores, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao despacho , manifestar CIÊNCIA DO ACÓRDÃO proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos Agravos de Instrumento nº 0010749-84.2025.8.16.0000 e 0029221-36.2025.8.16.0000, julgados conjuntamente pela 18ª Câmara Cível, bem como requerer a consolidação interpretativa dos efeitos da decisão, pelos fundamentos de fato e de direito que passa a expor:

#### I. NATUREZA DO CASO E PONTOS-CHAVE

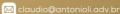
O presente caso versa sobre Recuperação Judicial de empresa do ramo de transporte rodoviário de cargas, na qual se discutiu a essencialidade de bens móveis (veículos) gravados com alienação fiduciária e os limites temporais da proteção desses bens contra atos expropriatórios dos credores fiduciários.

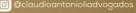


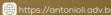














Os pontos-chave consolidados pelo acórdão são:

- Reconhecimento da essencialidade da frota de veículos para a atividade de transportadora;
- Possibilidade de manutenção da posse dos bens essenciais mesmo após o término do stay period;
- Inversão do ônus da prova para o credor demonstrar a "superação da função essencial";
- Vedação à retomada automática de bens essenciais pelo simples decurso do prazo de suspensão.

### II. DESENVOLVIMENTO - FUNDAMENTAÇÃO **JURÍDICA**

### 2.1. Da Ciência do Acórdão e Alinhamento com Jurisprudência Consolidada

A Recuperanda manifesta ciência integral do v. acórdão proferido nos autos dos Agravos de Instrumento em epígrafe, que deu parcial provimento aos recursos interpostos pelo BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL S/A e BANCO VOLKSWAGEN S.A., consolidando entendimento que se alinha perfeitamente com a jurisprudência já pacificada desta Egrégia 18º Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná.









## 2.2. Da Tese de Julgamento: Proteção Pós-Stay Period Condicionada

O acórdão estabeleceu, em sua **Tese de Julgamento** (Item 10), proposição jurídica de fundamental importância:

"A essencialidade de bens móveis gravados com alienação fiduciária pode ser reconhecida quando demonstrado seu vínculo direto com a atividade-fim da empresa recuperanda, sendo legítima a manutenção de sua posse MESMO APÓS O TÉRMINO DO STAY PERIOD, desde que não evidenciada a superação de sua função essencial ao soerguimento empresarial." (grifo nosso)

Chain-of-Thought Jurídico: Esta tese representa a síntese conclusiva do entendimento da Câmara, estabelecendo que:

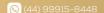
- 1. A **essencialidade** é critério **objetivo** (vínculo direto com atividade-fim);
- 2. A proteção temporal pode se estender além do stay period;
- A condição para manutenção é a não superação da função essencial;
- 4. O **ônus da prova** da superação recai sobre quem alega (credor).

### 2.3. Precedente Específico da Mesma Câmara: Consolidação Jurisprudencial

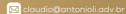


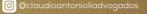














A tese de julgamento ora proferida **não constitui** interpretação isolada, mas sim confirmação de entendimento já consolidado desta mesma 18ª Câmara Cível, conforme precedente específico e direto:

TJPR, Agravo de Instrumento nº 0011643-14.2022.8.16.0017 Relatora: Des.ª Denise Krüger Pereira 18ª Câmara Cível, j. 13/12/2022

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. TUTELA DE URGÊNCIA. BEM MÓVEL OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA QUE É ESSENCIAL À ATIVIDADE DA RECUPERANDA. [...] DECURSO DO STAY PERIOD QUE NÃO AUTORIZA RETOMADA AUTOMÁTICA DE ATOS EXPROPRIATÓRIOS PELO CREDOR FIDUCIÁRIO. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA (ART. 47, DA LEI Nº 11.101/2005). DECISÃO MANTIDA. [...] ainda que escoado o período do stay period, ou mesmo no caso de sua eventual prorrogação, para que haja a retirada desses bens, deve o credor demonstrar que a condição de essencialidade se esvaiu, o que poderá ser debatido nos autos no momento oportuno." (grifos nossos)

Implicação Jurídica: Este precedente resolve definitivamente qualquer ambiguidade interpretativa, estabelecendo que:

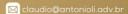
- O término do stay period ≠ autorização automática para retomada;
- A proteção persiste enquanto não demonstrada a superação da essencialidade;
  - O ônus probatório recai sobre o credor fiduciário.

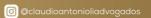














## 2.4. Essencialidade Presumida para Atividade de Transporte

Para empresas do ramo de **transporte rodoviário**, a essencialidade de veículos é **presumida** e **reconhecida jurisprudencialmente** por este Egrégio Tribunal:

TJPR, Agravo de Instrumento nº 0069004-74.2021.8.16.0000 Relator: Juiz de Direito Substituto em 2º Grau Ruy Alves Henriques Filho

17<sup>a</sup> Câmara Cível, j. 28/03/2022

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. [...] VEÍCULOS UTILIZADOS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, ESSENCIALIDADE CONFIGURADA – [...] ALEGAÇÃO DE QUE FAZ JUS A REAVER O BEM DADO EM GARANTIA, ANTE A NÃO SUJEIÇÃO DOS CONTRATOS DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO – NÃO ACOLHIMENTO – PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ; EXEGESE DO ART. 49, §3° DA LEI 11.101/2005."

#### Chain-of-Thought Aplicado:

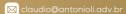
- Premissa maior: Veículos são essenciais para atividade de transporte (precedente);
- Premissa menor: THIAGO TRANSPORTES atua no ramo de transporte rodoviário;
- 3. Conclusão: A essencialidade da frota é presumida e juridicamente reconhecida.

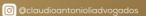














## 2.5. Fundamento Constitucional e Legal: Princípio da Preservação da Empresa

A proteção estendida encontra **sólido fundamento** no **Art. 47 da Lei nº 11.101/2005**:

"A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica." (grifos nossos)

Interpretação Sistemática: O princípio da preservação da empresa não se esgota com o término do stay period, mas perdura enquanto houver viabilidade de soerguimento e os bens mantiverem sua função essencial.

# 2.6. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça

O entendimento consolidado pelo TJPR encontra **respaldo** na jurisprudência do **Superior Tribunal de Justiça**:

> STJ, REsp n° 1.359.311/SP Relator: Min. Luis Felipe Salomão 4ª Turma, j. 06/11/2014

> "A essencialidade do bem deve ser analisada casuisticamente, considerando-se a atividade específica desenvolvida pela empresa em recuperação judicial, não sendo suficiente o

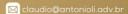
Dágina

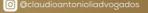


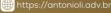














simples **decurso do prazo** de suspensão para autorizar a retomada automática de bens essenciais."

## III. 2.7. Impossibilidade Fática de Superação da Essencialidade

Para uma **transportadora em operação**, demonstrar que veículos "perderam a essencialidade" é **factualmente impossível**, salvo nas seguintes hipóteses **excepcionais**:

- Mudança completa do objeto social;
- Paralisação definitiva das atividades;
- Substituição integral da frota por bens desonerados.

**Exemplo Prático**: Seria como exigir que um hospital demonstrasse que equipamentos de UTI "perderam a essencialidade" - enquanto houver atividade hospitalar, a essencialidade é **inerente** e **contínua**.

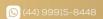
### IV. CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

### 3.1. Síntese da Fundamentação

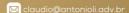
Com base na **cadeia de pensamento jurídico** desenvolvida, demonstrou-se que:

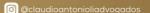


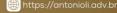














**Precedente específico** da 18º Câmara Cível **veda** a retomada automática pós-stay period;

**Tese de julgamento** do acórdão **confirma** a possibilidade de proteção estendida;

**Essencialidade** de veículos para transportadora é **presumida** jurisprudencialmente;

**Ônus da prova** da superação da essencialidade recai sobre o **credor fiduciário**:

**Princípio da preservação** da empresa **fundamenta** a proteção continuada.

### 3.2. Requerimentos

Diante do exposto, a Recuperanda requer seja **CONSIGNADO** nos autos que:

- a) O término do stay period NÃO autoriza a retomada automática dos bens essenciais pelos credores fiduciários, conforme jurisprudência consolidada desta E. 18ª Câmara Cível;
- b) A manutenção da posse dos veículos pela Recuperanda é legítima mesmo após o stay period, enquanto não demonstrada a superação de sua função essencial;













- c) Recai sobre os credores fiduciários o ônus de comprovar previamente, em procedimento próprio, que a essencialidade dos veículos para a atividade de transporte se esvaiu;
- d) Qualquer tentativa de retomada dos bens essenciais deve ser precedida de contraditório e ampla defesa, com comprovação específica da superação da essencialidade.

### V. PEDIDOS FINAIS

REQUER seja a presente manifestação JUNTADA aos autos, com CIÊNCIA às partes, especialmente aos credores fiduciários BANCO MERCEDES BENZ DO BRASIL S/A e BANCO VOLKSWAGEN S.A., para que tomem conhecimento da interpretação consolidada do acórdão e da jurisprudência pacífica desta E. 18ª Câmara Cível.

**PROTESTA** pela juntada de documentos que se fizerem necessários e pela **produção de todas as provas** em direito admitidas.

**REQUER**, por fim, seja a presente manifestação **DEFERIDA** em todos os seus termos

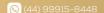
Outrossim, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração a Vossa Excelência, aos Assessores e Serventuários deste Nobre Juízo.

Nestes termos,

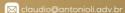
Página 9













### pede deferimento.

De Maringá/PR. para Londrina/PR, 13 de outubro de 2025

Cláudio Antonioli

OAB/PR 67.796

Mário Antônio Canôas de F. Souza

OAB/PR 128.389

Anexo:

DOC. 01 - Acordão









